ECOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE CIVIL

Isabel Carvalho*

1. Introdução; 2. A ecologia de mercado; 3. Do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável; 4. O que sustentar?

Produção social das concepções de desenvolvimento e meio ambiente na sociedade industrial moderna. Cultura e desenvolvimento hegemônico que têm nas relações de expropriação e subordinação seu *modus operandi*. Sociedade civil como ator fundamental na construção de campo democrático. Transformação das relações de sujeição. Novo projeto de sociedade, tendo o sujeito humano como preocupação central.

Palavras-chave:
Meio ambiente; democracia; sociedade civil; movimentos sociais; desenvolvimento.

1. *Introdução*

Estes três termos demarcam os pontos estratégicos da discussão sócio-ambiental. Compõem um quadro especialmente propício para indagarmos sobre a trama complexa das relações entre meio ambiente e sociedade. Interessa-nos discutir, sobretudo, como se vem formulando atualmente a questão ecológica, e em que medida contribui para a construção de uma sociedade democrática. Essa discussão coloca, de saída, dois termos muito imprecisos: ecologia e democracia. São idéias-força carregadas de sentido, com um grande poder de convocação, que, no entanto, tendem a se agenciarem com inúmeras interpretações e concepções de sociedade e meio ambiente, nomeando interesses controversos sob um mesmo signo.

Por essa razão, escrever sobre ecologia é entrar num terreno que se torna cada vez mais perigoso. Para os menos avisados, tudo leva a crer que estamos diante de um consenso mundial sobre a necessidade de preservar a natureza e melhorar as condições de vida no planeta. Sob a dimensão planetária dos ideais de bem-estar, sustentabilidade e defesa da vida, são veiculadas "verdades" para todos os gostos. Esses ideais, descolados do mundo das práticas e das políticas efetivas de gestão ambiental, alimentam o imaginário social com a expectativa de que está sendo

* Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). (Endereço: Rua Vicente de Souza, 29/1º andar - Rio de Janeiro, RJ.)

construída uma nova era de equilíbrio e sustentabilidade com a participação, em perfeita consonância, de todos os atores sociais.

Para definir uma concepção de ecologia identificada com o campo democrático é preciso mapear algumas diferenças fundamentais. Existem questões que podem servir como um divisor de águas nesse mar de consenso. É o caso de se perguntar: quais dos atores sociais envolvidos na discussão ecológica têm um projeto novo, efetivamente democrático, de sociedade, e quais deles estão investindo na conservação do mesmo, do que já está aí? O que querem de fato preservar todos aqueles que se proclamam interessados na defesa da natureza? Ou ainda, quais os critérios de sustentabilidade dos que apontam como solução o desenvolvimento sustentável?

Certamente há pouca concordância sobre esses pontos. Pelo menos duas grandes tendências vêm-se delineando. Embora nenhuma seja monolítica e livre de contradições, ao menos estrategicamente elas nos autorizam a dizer que há atores historicamente ligados a uma luta libertária, que põe em ação processos de democratização das normas que regulam a vida social, enquanto numa outra esfera há atores que operam dentro de uma visão instrumental, reforçando e ampliando as chances de sobrevivência de todo um sistema de acumulação, produção e circulação de bens. Para estes últimos, a democracia não vai além da via formal.

Se existe um campo onde a questão ecológica pode integrar a luta por uma sociedade plural e democrática é o da sociedade civil, no qual setores organizados emergem na condição de novos sujeitos coletivos, em torno do reconhecimento de direitos e valores que, se generalizados, implodiriam uma sociedade que vive à custa de desigualdade e de exclusão. A luta ecológica das mulheres, das nações indígenas, dos negros e pacifistas, para citar alguns exemplos, questiona não só a ordem capitalista *stricto sensu*, mas todo um projeto civilizacional.

O paradigma civilizacional contra o qual se insurgem esses novos atores resulta de um conjunto de práticas articuladas por uma lógica do domínio, da conquista e da sujeição. Desde o início da Idade Moderna, no século XVI, com as grandes navegações, já estava anunciado o espírito que ia marcar a nossa época: *expansão* e *colonização*.

A descoberta do Novo Mundo mostra a constituição de uma concepção de natureza como o domínio do selvagem, do que precisava ser domado, civilizado.

Instaura-se, então, uma das vias de produção social da dicotomia humanidade e natureza, onde o homem se opõe ao mundo natural, assumindo o lugar de seu conquistador e gestor. A natureza desencantada, desanimada, foi sendo, ao longo dos séculos, interpretada pela racionalidade instrumental e científica como um conjunto de recursos naturais, matérias-primas e fontes energéticas.

Essa cultura, insistentemente denunciada como antropocêntrica pelos movimentos ecológicos, tem como efeito mais perverso a produção de um estatuto de homem, de humanidade, tão particular e excludente quanto a sociedade que o formulou. Trata-se de universalizar o padrão europeu, branco, mais tarde industrializado, como a medida de civilização. Com base nessa escala, todos os que são diferentes serão classificados como primitivos, bárbaros, inferiores. Assim, os indígenas e os negros puderam ser apropriados e dizimados na mesma categoria dos meios naturais e culturais a que pertenciam. Eram classificados como pouco humanos ou não-humanos. O modelo de desenvolvimento fundado nessas bases consolida-se com a

exploração capitalista do trabalho, seguindo a mesma lógica desumanizadora, que reifica e mercantiliza a vida em todas as suas dimensões, seja transformando a natureza em "recursos naturais", seja reduzindo os homens a "recursos humanos". A legitimação de um *ethos* capitalista, que naturaliza a violência da expropriação contínua a que estão submetidos os cidadãos e os meios naturais e culturais dos quais depende a sua existência, pode ser entendida como uma variante moderna dessa matriz de relações de subordinação.

A sujeição é, neste sentido, o *modus operandi* que determina muito do que se tornou a cultura moderna. A novidade no campo democrático é a emergência de atores sociais portadores de uma utopia que pode operar como disruptora dessas relações de subordinação e domínio. A emergência de novos desejos, fora do código das necessidades produzidas pelo mercado e pelo consumo, fratura a esfera da sedução exercida pelo imperativo da acumulação infinita.

A afirmação dessa diferença fundamental resgata dimensões pouco visíveis em nossa cultura dominante, como a alteridade (no sentido do reconhecimento do outro - *alter*); o respeito à diversidade; a autonomia dos povos na sua autodeterminação; a independência em relação aos condicionamentos de um fluxo de produção e circulação de bens, estabelecido pelo mercado como único espaço de troca possível; a liberdade, sobretudo em relação aos padrões de bem-estar, eficiência, sucesso e felicidade.

É preciso deixar claro, contudo, que não se trata de afirmar que todos esses movimentos têm invariavelmente exercido seu potencial disruptor. Não podemos abordar este campo, rico em diversidade, como se fosse um bloco homogêneo e constante em suas ações, sob pena de perdermos de vista a dinâmica complexa que o compõe. Há inúmeras contradições atravessando este universo que constitui a dialética da produção do novo e da repetição do mesmo. Muitas vezes, coexistem as práticas alternativas e a velha lógica da disputa e do domínio; uma lógica dual, que só compreende um sujeito em face do seu objeto, no eixo da sujeição. O maior desafio para os movimentos libertários da sociedade civil reside justamente nesse ponto: romper, partindo de dentro, com os modelos que, mesmo indesejáveis, tendem a se reproduzir. De qualquer forma, é uma tensão que pode ser produtiva, à medida que problematiza o processo de construção do novo. Com todos os impasses, avanços e retrocessos, encontramos, nesse âmbito, a confluência dos elementos indispensáveis para a consubstanciação de um projeto de sociedade baseado num compromisso ético e democrático.

2. *A ecologia de mercado*

Um compromisso desse tipo não está em questão entre os atores que entendem a questão ecológica dentro do mesmo paradigma que conduziu nossa sociedade às atuais práticas de degradação social e ambiental. Podemos assistir a uma ecologia genérica se esboçando em nível internacional, onde governos e empresários atuam como os novos ecologistas, clamando pela sustentabilidade do planeta, por tecnologias limpas e pela erradicação da pobreza.

O Secretário-Geral da Eco-92, Maurice Strong, afirmou recentemente estarmos diante da "última chance de salvar o planeta da barbárie". Anuncia: "Se fosse uma

empresa, o planeta estaria à beira da falência, pois dilapida seu capital, que são os recursos naturais, como se eles fossem eternos", concluindo que "a ecologia vai comandar os negócios nas próximas décadas. As empresas poluidoras estão condenadas à falência."[1]

De fato, surge um mercado verde com grande potencial e, ao que parece, nós também já integramos a faixa ecológica do consumo. Uma *enquête* da Rodhia traça o perfil do consumidor brasileiro para os anos 90 como disposto a pagar mais por um produto não poluente.[2] Esse comportamento expressa a crença na contabilização da natureza que, traduzida em custo, deve ser incorporada à produção. Desta maneira converte-se a degradação ou a conservação ambiental em fator moeda, submetendo o universo sócio-ambiental à regulação da dinâmica financeira.

A ligação entre o mundo dos negócios, da indústria e do capital com a ecologia não é recente. Enzensberger lembra-nos que há mais de 150 anos os benthamistas, seguidores do filósofo utilitarista Jeremy Bentham, advogavam a proteção do meio ambiente como precaução para se obter maior produtividade e longevidade da força de trabalho.[3]

Em nossa história recente, pudemos observar, na década de 70, grande mobilização em torno da questão ecológica. A preocupação ambiental surgiu como uma linha de força importante naquela década. Começam a se levantar questionamentos — entre eles, o de maior repercussão é o documento do MIT, *Os limites do crescimento* — alertando para os riscos ocasionados por um modelo de crescimento econômico que não levava em conta a capacidade de suporte dos recursos naturais.

Com base científica de inspiração neomalthusiana, *Os limites do crescimento* propunha um planejamento planetário da repartição e da utilização dos recursos naturais, uma reorientação da produção para um modelo menos destruidor, associado a um cuidadoso controle do crescimento populacional.

No mesmo ano, a Conferência de Estocolmo registrou um primeiro esforço mundial voltado para a discussão da problemática ambiental. Contudo, o que transparece em Estocolmo é a preocupação dos governos com uma estratégia de gestão do meio ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto liberal desenvolvimentista. Nessa perspectiva, o que interessava preservar de fato era um circuito de acumulação de riquezas, baseado num sistema de produção que se poderia inviabilizar com o esgotamento dos recursos naturais e a crise ambiental anunciada.

O desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, é sugerido como via de solução dos problemas ambientais. O ideal a ser buscado está na sociedade de consumo e bem-estar, em que os países subdesenvolvidos devem esforçar-se para ingressar, superando seus problemas sociais e ambientais através de uma estratégia de desenvolvimento.

1 *Veja*, São Paulo, Editora Abril Cultural, 29 maio 1991.

2 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1991.

3 Cf. Enzensberger, Hans Magnus. *Para una crítica de la ecologia política*. Barcelona, Anagrama, 1973.

O fracasso da promessa desenvolvimentista na solução dos problemas globais — evidenciado pelo crescente sucateamento dos países do chamado Terceiro Mundo, pela enorme concentração de renda e aumento dos contingentes populacionais em estado de miséria absoluta, além de acelerada degradação ambiental nesses países — aponta para a insustentabilidade social e ambiental desse modelo.

3. *Do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável*

O conceito de desenvolvimento sustentável entra em cena nos anos 80, aprofundando o movimento já iniciado em Estocolmo e incorporando algumas das críticas feitas ao projeto desenvolvimentista implantado na década de 60.

Mais precisamente, surge em 1987, com a publicação do documento *Nosso futuro comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Essa comissão foi criada em 1983, em atendimento às resoluções da Conferência de Estocolmo, para uma avaliação global das condições ambientais. Foi presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland, e contou com a participação de governos, organizações não-governamentais (ONG) e comunidade científica.

Esse documento avança em muitos aspectos, se comparado ao discurso de Estocolmo. Situa a questão ambiental dentro do marco mais amplo das relações sociais desiguais entre os países, do aumento da pobreza, e considera o desenvolvimento como uma meta que não se restringe ao crescimento econômico. No entanto, apesar de considerar essas variáveis sociais como determinantes no atual estado de degradação ambiental mundial, está longe de ser conseqüente com seu próprio diagnóstico.

O desenvolvimento sustentável é apresentado como aquele que deve atender às necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Prevê a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos aliados ao aumento do crescimento econômico, como condições para se alcançar um padrão de sustentabilidade em nível mundial. A posição do relatório é ambígua e contraditória. Aposta no mesmo modelo de desenvolvimento que está na raiz dos problemas sociais e ambientais que constata. Alinhado à concepção liberal de um mundo organizado com base nas relações de ajuda e cooperação, exclui de sua análise os mecanismos de dominação que produzem as disparidades constatadas.

Além de uma visão anistórica das necessidades humanas, a proposta de uma ordem mundial sustentável ignora as relações desiguais que têm imposto aos países periféricos os custos sociais e ambientais do crescimento dos países centrais. A manutenção dos atuais níveis de consumo nesses últimos implica enorme impacto ambiental e a preservação da pobreza. A expansão dessas "necessidades e aspirações" para todo o planeta acarretaria um colapso imediato dos recursos naturais, colocando em risco até mesmo a existência das "gerações futuras" e de um "futuro comum", em nome do que se afirma o desenvolvimento sustentável.

É preciso ser mais rigoroso com a idéia de sustentabilidade. Afinal, trata-se de sustentar o quê? Para quem? Atualmente, todos são partidários do desenvolvimento sustentável. O setor empresarial se organiza em torno desse conceito, preparando-se para uma nova fase de expansão do mercado com tecnologias limpas e produtos

verdes. Não é um fato casual que 177 empresas tenham assinado em Rotterdã, em 12.4.91, uma Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Entre elas estão as signatárias brasileiras Companhia Vale do Rio Doce e Aracruz Celulose, tidas como exemplos do novo modelo de desenvolvimento. O caso Carajás é emblemático daquilo que o *marketing* ecológico pode fazer, transformando os mesmos atores que promovem a devastação ambiental em "amigo número 1" da natureza. O Projeto Carajás provocou uma devastação sistemática da floresta nativa para beneficiamento do minério de ferro através do carvão vegetal; não obstante, apresenta-se como cartão postal da preservação ambiental.

Não está em questão nisso tudo uma mudança na ordem social, mas apenas novos ajustes. A conversão da dívida externa em projetos de conservação ambiental é outro caso exemplar. Sob uma capa de ajuda e preocupação internacional com a preservação da vida no planeta está uma nova operação que reafirma uma dívida ilegítima, já muitas vezes paga, mantendo as posições entre financiados e financiadores. As agências de financiamento internacional apresentam-se como líderes na transição para o desenvolvimento sustentável.

Certamente, sem uma mudança nos países ricos e uma reorientação das relações mundiais, sobram poucas chances para a sobrevivência dos chamados países pobres — onde estão as maiores áreas de floresta tropical do mundo. Contudo, não há qualquer mudança substantiva no "futuro comum" vislumbrado nessa perspectiva de sustentabilidade. Sabemos como a dívida externa opera na manutenção da dominação econômica e política, instituindo relações de submissão, em nível internacional, entre endividados e credores. Essa "ajuda", que tem financiado o suposto desenvolvimento dos países pobres, funciona como uma demarcação de poder, desenhando o mapa da colonização financeira. Nessa conquista de territórios de influência, as agências internacionais assemelham-se mais a dispositivos de guerra do que a instrumentos de ajuda e cooperação. Contudo, no discurso do desenvolvimento sustentável, essa guerra não é enunciável.

Também não podemos omitir os principais protagonistas do capital transacional, que são as multinacionais e os grandes conglomerados, hoje os verdadeiros centros de decisão sobre os fluxos mundiais de produção. Embora operem apenas como agentes econômicos e, por isso, se eximam estrategicamente de sua responsabilidade social, são, na verdade, os grandes detentores do capital mundial e, portanto, influenciam e condicionam políticas nacionais e determinam os limites do não tão livre mercado. Como afirma Herbert de Souza (Betinho), "esses atores, por mais econômicos que pareçam, são sujeitos políticos e, com estratégicas políticas, disputam os rumos e os sentidos do mundo".[4] Assim, não podemos pensar numa via alternativa e democrática sem nomear esses atores que se escondem sob o anonimato do mercado, que tão bem os representa. Suas práticas políticas são diluídas pelos mecanismos quase automáticos dos jogos de acumulação, que as impessoaliza, tornando-as, ao mesmo tempo, públicas mas inconfessáveis.

[4] Souza, Herbert de. O relatório incompleto. In: *Políticas Governamentais*, Rio de Janeiro, Ibase, (70): 7-9, jun./jul. 1991.

Já que se trata de uma estratégia planetária de sobrevivência, é preciso visualizar o conjunto das relações internacionais de produção dentro de esquemas reais de igualdade e solidariedade que não reproduzem as atuais instituições de "ajuda". Estas são atores fundamentais no ciclo do endividamento e nas políticas de ajuste estrutural e suas desastrosas conseqüências sociais e ambientais.

O fato de advogar uma sociedade mais produtiva, com menos custo sócio-ambiental, não implica, necessariamente, a opção por uma ordem mais justa e participativa. Podemos chegar a um alto nível de eficiência, com novas e limpas tecnologias, e até mesmo com uma diminuição dos índices de pobreza absoluta, sem que se altere significativamente o grau de participação política e a ética das relações sociais.

A proposta do desenvolvimento sustentável não se identifica necessariamente com um projeto político democrático. Afinal, à medida que a natureza se torna um custo incorporado à produção, é possível ingressarmos numa era de preservação e disputa pelo capital ambiental. Para ser coerente com um modelo politicamente alternativo de desenvolvimento, há que se pensar em outros parâmetros de sustentabilidade.

O marco diferencial de um modelo alternativo de desenvolvimento é aquele que atenda de fato às necessidades da sociedade civil democrática, garantindo uma ordem social justa, o respeito à vida, e o reconhecimento dos direitos sociais. Só com esses parâmetros é possível lutar por novos estilos de vida, pela reorientação dos atuais níveis de consumo e produção em termos globais, sem reeditar as mesmas bases que sustentam o atual modelo de sujeição e exploração das forças humanas e naturais.

4. *O que sustentar?*

Diante de tudo isso, cabe retomar a questão sobre o que sustentar. Qual o critério de sustentabilidade que está em jogo para o mundo dos negócios? Afinal, qual o modelo de desenvolvimento que lhe interessa preservar senão aquele em que encontra sua razão de ser? Para esses atores, o mercado é a instância organizadora do campo social; e, como o mercado não tem ética, não há registro para questões como liberdade, alteridade, diversidade, solidariedade e autonomia.

Redimensionar o crescimento econômico a qualquer custo, contabilizando os custos sociais e ambientais, pode até resultar em intervenções menos agressivas na gestão dos recursos naturais, poupando-os para o futuro. Mas o planejamento racional e um melhor aproveitamento dos recursos não têm qualquer vínculo com uma sociedade mais participativa e democrática. Essa idéia de sustentabilidade mantém-se alinhada à lógica predatória e utilitária do custo-benefício.

Por outro lado, se quisermos consolidar uma via substantivamente democrática, é preciso estabelecer os critérios de sustentabilidade que realmente interessam à sociedade. Isto implica uma discussão não apenas econômica, mas sobretudo ética: qual será o valor instituinte de um modelo de desenvolvimento democraticamente sustentável? Como garantir o espaço da diversidade na cultura e na natureza (biodiversidade)? Como tratar as diferenças? E, finalmente, como enfrentar, com

esses parâmetros, o movimento homogeneizador do poder, dissimulado em todas as esferas da vida individual e coletiva, cujo efeito é a destruição sistemática das esferas de autonomia e de autodeterminação?

A contribuição que a questão ecológica, a partir de uma perspectiva libertária, pode oferecer hoje é a utopia de uma nova sociedade que tenha como objeto de seu desenvolvimento a vida e o ser humano concreto. Um horizonte que pode conferir às lutas localizadas por novos direitos um substrato ético, ampliando seu escopo e dando organicidade ao processo de construção de uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.

Summary

ECOLOGY, DEVELOPMENT AND CIVIL SOCIETY

The study discusses the social production of conceptions dealing with development and environment in the modern industrial society. In its view, such relationships are historically produced, presently resulting in the affirmation both of a culture and a paradigm of hegemonic development, the *modus operandi* of which is founded on expropriatory and subordinative relationships. The author stresses the crucial role on the civil society as an agent of fundamental importance in the construction of a democratic field, where such relationships of domination can be transformed. It is possible, through the action of social movements of a libertarian character, as well as by means of the emergence of new collective agents, to arrive at the production of ethic values capable of allowing a new project of society, having as its fulcrum life and the human being.